

- 1 OUT 1987

As advertências dos credores

"O banco é apenas um lugar de passagem do dinheiro." Esta frase, pronunciada por um banqueiro francês, reveste-se de grande importância no atual contexto do relacionamento entre devedores e credores. Ela tem o condão de situar exatamente a posição relativa de cada um dos participantes desse complexo processo, e de infundir o devido grau de realismo aos que deixam a imaginação sobrepor-se à realidade. Note-se que a frase acima foi endereçada diretamente ao Brasil, aludindo à forma com que o governo pretende conduzir a renegociação da dívida externa.

A proposta apresentada na última sexta-feira pelo ministro Bresser Pereira estava efetivamente fadada à rejeição, por seu caráter vago e pouco realista. Banqueiros norte-americanos chegaram a afirmar que preferir discutir a questão diretamente com o presidente da República, pois seu ministro da Fazenda sugeria apenas é tão-somente uma forma de desvalorização da dívida brasileira, a longo prazo, como se isto fosse um *fait accompli*, irremediável. O Brasil estaria assumindo, de modo incorreto, que não mais pode realizar nenhum esforço convencional para

atender ao serviço de sua dívida. Mais ainda, partiria do princípio de que a famosa "securitização" significa hoje uma tendência irreversível e nada melhor do que antecipar-se a ela e endossá-la de pronto, iluminando a via a ser trilhada por outros devedores.

É interessante observar que os banqueiros, sejam eles norte-americanos ou europeus, não recusam *in extremis* a discussão de fórmulas inovadoras de tratamento do problema. Não admitem, isto sim, que estas lhes sejam impostas, à sua total revelia. A "securitização" bem como a conversão de dívida em investimento são instrumentos efetivamente disponíveis, desde que aplicados a uma parcela moderada do estoque da dívida. De fato, os bancos não são os detentores em última instância dos créditos concedidos ao Brasil. Devem responder a seus acionistas, aos contribuintes e aos depositantes. Que confiabilidade teria um banco que se dispôs a ampliar o prazo de recebimento de seus créditos *ad infinitum*, a taxas de juro abaixo do que é praticado pelo mercado?

Não foram os bancos que promoveram a desvalorização dos créditos

concedidos ao Brasil e a outros devedores. Quando se afirma que o "mercado" evidencia essa situação, indica-se que a deterioração econômica dos devedores prevalece sobre sua condição de pagamento. Mas se trata de uma situação transitória, que não implica descartar para sempre o pagamento da dívida, ao contrário. A não ser que se suponha, como num passe de mágica, que os bancos centrais dos países credores concordem em inflacionar suas respectivas economias para atender à imaginação dos endividados.

Cabe notar, ademais, que a reação dos bancos franceses ocorre mesmo estes tendo feito provisões contra perdas antes de seus colegas norte-americanos. A rigor, o pronunciamento do presidente do Crédit Lyonnais ilustra com perfeição a ordem econômica ainda existente. Até agora, nada substituiu Bretton Woods, por mais que se alardeie sua falência. O FMI continua dispendo de condições (modestas, é verdade) para exercer seu papel, o mesmo ocorrendo com os demais organismos multilaterais de crédito internacional. O Brasil é signatário desse pacto financeiro, sabe que não pode denunciá-lo e deve, portanto, aceitar as regras

que subscreveu, sem que isso impeça uma negociação em bases realistas.

Por enquanto, a "securitização" é apenas uma tendência, nada mais do que isso, mas não foi posta em prática no tocante à dívida externa senão de forma extremamente incipiente, o que atesta sua precariedade. Haverá interesse por parte dos devedores em confiar nesse tipo de mercado, estreito, desprovido de liquidez e que enfraquece o próprio poder negocial dos credores?

Mais sensata parece ser a proposta de reforço do "capital" do FMI e do Banco Mundial, financiando os devedores sob a óptica do crescimento econômico. Os devedores devem convir, e o Brasil sobretudo, que as soluções criativas não se impõem de chofre: a comunidade financeira internacional não se submete, como certas economias, a choques heterodoxos voluntariosos e de consequências imprevisíveis, mesmo porque o vulto dos interesses em jogo é demasiadamente importante e revestido de implicações obviamente extra-econômicas. Por enquanto, os credores demonstram paciência e disposição para negociar. Resta esperar que a reiteração de propostas mirabolantes não altere este cenário — para pior.

ESTADO DE SÃO PAULO